



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO	28. DEZ. 1979		
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

CONSIDERA A CCI

«O V Governo não teve dignidade democrática»

A Comissão Cívica Independente (CCI) tornou ontem público um comunicado em seis pontos sobre «o actual momento político e o futuro da democracia em Portugal».

Tendo por axioma que é «exigência da democracia o respeito pela vontade popular», entende a CCI que «tão importante» como a manifestação dessa vontade nos dois recentes actos eleitorais «será o seu estrito respeito, quer pelo Executivo, que acederá às responsabilidades do poder, quer pelas oposições».

Pronunciando-se sobre o V Governo Constitucional, a CCI classifica-o de «Governo que sai sem glória nem dignidade democrática». Considera a CCI que o Governo demissionário «exorbitou nitidamente a sua incumbência essencial — preparar eleições — lançando-se numa maratona contra-relógio de decretos vinculativos a médio prazo, dobrada por uma campanha eleitoral paralela».

A CCI espera do Governo que vai entrar em funções «que seja, desde logo, expedito e prático na preparação e apresentação à Assembleia da República do seu programa, o qual há-de corresponder ao programa eleitoral da coligação vencedora». Sublinha a CCI que «os cidadãos não esquecem as promessas de mudança feitas, e é pelo seu cumprimento que a Aliança Democrática será julgada».

«Sem ignorar que se trata de um Governo saído de eleições intercalares, responsável pelos negócios públicos até às eleições legislativas e constituintes de 80 — diz a CCI — não se pode deixar de exigir-lhe, além do respeito da Constituição e das leis, um mínimo de medidas que traduzam na prática, a vontade do eleitorado, até que seja novamente chamado a pronunciar-se».

Os últimos três pontos do comunicado da CCI versam sobre questões de revisão da lei eleitoral — nomeadamente no tocante à admissibilidade de candidaturas de cidadãos de outros países — e ao alargamento da plenitude eleitoral aos emigrantes, particularmente nas eleições para a Presidência da República, sobre a preparação da revisão Constitucional, e sobre «a civilização da democracia e o fim do poder militar».

Anunciando colocar-se à disposição das forças políticas para promover um «debate patriótico» sobre projectos de revisão constitucional, que considera necessário, não só porque a «lei fundamental é decisiva para o futuro da democracia» como ainda porque só tal debate poderá levar a «um consenso nacional» traduzido na vontade de dois terços de deputados — maioria qualificada necessária para alteração da Constituição —, a CCI termina o seu comunicado com considerações

sobre a questão de «civilização da democracia».

«Um grande objectivo deverá, quanto à CCI, orientar a Constituição da República Portuguesa, para que uma democracia moderna e europeia se institucionalize no nosso país: o da inteira civilização do poder político, acabando com qualquer sobrevivência do poder militar que, directa ou indirectamente, o tem tutelado no período de transição posterior à queda da ditadura, em 25 de Abril de 1974».

Para consecução desse objectivo, para além do desaparecimento do Conselho da Revolução, como órgão de soberania, aponta a CCI que também deve deixar de considerar-se como desejável a candidatura de um militar à mais alta magistratura do Estado».

«A eleição de um cidadão civil para a Presidência da República — conclui, no seu comunicado, a CCI — marcaria um passo decisivo na democracia portuguesa».